

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 4.178, DE 2001

Dispõe sobre o aproveitamento de vagas em instituições públicas de educação superior.

Autor: Deputado MARCOS AFONSO

Relator: Deputado EDUARDO SEABRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Marcos Afonso, visa dar destinação às vagas ociosas nos cursos de graduação.

Tramita conforme o art. 24, II do Regimento Interno da Casa, sendo conclusiva a apreciação por parte desta Comissão.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos regimentais, não foram recebidas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Os objetivos da presente proposição são meritórios. Com efeito, o aproveitamento de vagas ociosas responde a dois imperativos: o direito do educando ao acesso aos níveis mais elevados do ensino (art. 208, V, CF) e a racionalização da gestão, evitando desperdício de recursos.

Muitas instituições já vêm, no exercício de sua autonomia, fixando regras para este preenchimento.

Cumpre ao Parlamento empreender um esforço para que a legislação tenha coerência e seja de fácil acesso ao cidadão, evitando tratar de assuntos pontuais de maneira esparsa, assim como as redundâncias.

Se a lei já determina, não é preciso repetir. Registre-se que o art. 50 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) já preceitua:

“Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos, a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.”

Ainda que se pretenda discutir abrangência da expressão alunos “não regulares” (que em nosso entendimento passam, a partir da matrícula, a serem regulares), a regra geral do art. 44, II já prevê que o curso de graduação é aberto aos candidatos que, tendo concluído o ensino médio, sejam classificados em processo seletivo.

Não há, portanto, necessidade de mais legislação acerca do assunto.

Pelo exposto voto contrariamente ao PL nº 4.178/2001.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado EDUARDO SEABRA
Relator